

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Celta Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2012	2011		
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	44.154	11.677	CIRCULANTE	694
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	23.054	11.283	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14e)	83
Dividendos a receber (Nota 13a)	19.835	-	Dividendos a Pagar (Nota 8d)	444
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14d)	32	-	Provisão para Pagamento de Despesas Administrativas	93
Créditos Tributários (Nota 14c)	1.233	394	Outras Contas a Pagar	74
NÃO CIRCULANTE	367.496	352.503	NÃO CIRCULANTE	2.122
Créditos Tributários (Nota 14c)	3.050	4.655	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	2.122
Valores a Receber (Nota 6)	97.471	99.708	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	408.834
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14d)	-	1.490	Capital Social:	
INVESTIMENTOS (Nota 7)	266.975	246.650	- De Domiciliados no País	148.000
TOTAL	411.650	364.180	Reservas de Capital (Nota 8b)	67.993
			Reservas de Lucros (Nota 8c)	192.841
			TOTAL	411.650
				364.180

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	2012	2011			Legal	Estatutária		
RECEITAS OPERACIONAIS	55.197	33.032						
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7)	40.160	15.836						
Receitas Financeiras (Nota 9)	15.035	17.196						
Outras Receitas Operacionais	2	-						
DESPESAS OPERACIONAIS	5.068	5.935						
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	230	184						
Despesas Tributárias (Nota 10)	39	1						
Despesas Financeiras (Nota 12)	4.799	5.750						
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	50.129	27.097						
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)	(3.366)	(3.805)						
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	46.763	23.292						
Número de Ações	740.000	740.000						
Lucro Líquido Básico por ação em R\$	63,19	31,48						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012	2011	2012	%	2011	%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:						
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	50.129	27.097	188	0,3	146	(0,5)
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(48.152)	(26.646)	(188)	(0,3)	(146)	(0,5)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(40.160)	(15.463)	-	-	-	-
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(7.992)	(11.183)	-	-	-	-
Lucro Líquido Ajustado	1.977	451	(188)	(0,3)	(146)	(0,5)
Redução/(Aumento) em Aplicações Financeiras	-	7.334				
Aumento/(Redução) em Outros Ativos	10.098	(61)				
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	(83)	7				
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	11.992	7.731				
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:						
Dividendos Provisionados/Pagos	(221)	(76)				
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(221)	(76)				
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	11.771	7.655				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Aumento de Caixa Líquido e Equivalentes de Caixa	11.771	7.655
Início do Exercício	11.283	3.628
Fim do Exercício	23.054	11.283
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	11.771	7.655

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Celta Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Celta Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de janeiro de 2013.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota 4.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros na categoria: mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a sua estratégia de investimento. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Tais passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento, são avaliadas com base no valor cota divulgado pelo Administrador do fundo investido, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Investimento em coligadas

Os investimentos em sociedades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas são eliminados na medida da participação da empresa, e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas está apresentada na Nota 7.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas quando há evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoque um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor contábil. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas relativas às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas por *impairment* são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida anteriormente.

2.10) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
- Não houve registro ou divulgação sobre provisões, ativos contingentes e passivos contingentes.

2.11) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.12) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação preexistente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo em receber o pagamento é estabelecido. Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.13) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BMC ASSET MANAGEMENT - DTMV LTDA	9
CELTA HOLDINGS S.A.	15
CONSTRUTORA TENDA S.A.	48,2
EVEREST LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL	13
GAFISA S.A.	17
TIBRE DTMV LTDA	11



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Empresarial 2

Volume 123 • Número 46
São Paulo, terça-feira, 12 de março de 2013

Página 15

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

3.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos, ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a, curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativas da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos, como os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas na seguinte Nota 14f - Previsão de realização dos créditos tributários.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	11	7.571
Fundos de investimentos financeiros (2).....	23.043	3.712
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	23.054	11.283

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A., montante de R\$ 23.043 (2011 - R\$ 3.712).

6) VALORES A RECEBER

O montante de R\$ 97.471 (2011 - R\$ 99.708), é composto em duas partes, sendo uma denominada em Dólar norte-americano e a outra em Real, refere-se a contrato de parceria com a empresa FIS - Fidelity National Information Services, INC, com a finalidade de exploração e negócio de prestação de serviços relacionado às atividades de processamento de cartões de crédito. Os referidos valores são atualizados, respectivamente, pela variação cambial e pela variação do Depósito Interbancário - DI. Os pagamentos serão em 11 parcelas anuais, sendo que a primeira parcela em dezembro de 2010 e as demais, com vencimento a partir de 2012.

7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 40.160 (2011 - R\$ 15.836).

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresa	Em 31 de dezembro							
	Patrimônio Líquido Ajustado		Lucro Líquido Ajustado (em milhares)	Participação no capital social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
	2012	2011			2012	2011	2012	2011
Fidelity Processadora de Serviços S.A. (1) (2).....	462.887	81.959	62.924	48,99	266.975	246.650	40.160	15.836
Total	462.887	81.959	62.924		266.975	246.650	40.160	15.836

(1) Dados relativos a 31.12.2012; e

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes do resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias	740.000	740.000
Total	740.000	740.000

b) Reservas de Capital

A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, (ii) resgate, reembolso ou compra de ações, (iii) resgate de partes beneficiárias, (iv) incorporação ao capital social e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Em Assembleia Geral de 30 de abril de 2012, deliberou-se o aumento de capital social no montante de R\$ 23.500 elevando-o de R\$ 124.500 para R\$ 148.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Capital - Ágio sobre Investimentos", com a consequente alteração do "caput" do Art. 6º do Estatuto Social.

c) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Reservas de lucros.....	192.841	146.522
- Reserva legal (1).....	8.959	6.622
- Reserva estatutária (2).....	183.882	139.900

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2012 e 2011 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2012	% (1)	2011	% (1)
Lucro Líquido do Exercício	46.763		23.292	
Reserva Legal	(2.338)		(1.165)	
Base de Cálculo.....	44.425		22.127	
Dividendos mínimos obrigatórios	444		221	
Total dos Dividendos	444	1,0	221	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

9) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	2.244	407
Rendimento de Certificados de Depósito Bancário.....	-	230
Juros Ativos.....	4.977	6.661
Variação Monetária Ativa.....	7.814	9.898
Total	15.035	17.196

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Impostos e Taxas.....	39	1
Total	39	1

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Serviços de Terceiros	74	6
Editais e Publicações	114	139
Contribuição Sindical Patronal.....	42	39
Total	230	184

12) DESPESAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Variação Monetária Passiva	4.799	5.750
Total	4.799	5.750

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2012		2011	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	11	-	5	-
Dividendos a Pagar:				
União Participações S.A.	(444)	-	(221)	-
Dividendos a Receber:				
Fidelity Processadora de Serviços Social	19.835	-	-	-

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro			
	2012		2011	
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social).....	50.129		27.097	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(17.044)		(9.213)	
Feito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	13.655		5.384	
Outros Valores.....	23		24	
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(3.366)		(3.805)	

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social).....	50.129	27.097
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(17.044)	(9.213)
Feito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	13.655	5.384
Outros Valores.....	23	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(3.366)	(3.805)

c) Origen dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2011	Constituição	Realização	2012
Diferenças Temporárias relativas a variação cambial das notas promissórias.....	28	-	(28)	-
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social.....	5.021	-	(738)	4.283
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	5.049		(766)	4.283

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 4.075 mil.

d) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 32 (2011 - R\$ 1.490) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda de exercícios anteriores.

e) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 83 (2011 - R\$ 141), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 61 (2011 - R\$ 103), e Contribuição Social de R\$ 22 (2011 - R\$ 38).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa

	Prejuízo Fiscal e Base Negativa		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013.....	906	327	1.233
2014.....	967	348	1.315
2015.....	956	344	1.300
2016.....	320	115	435
Total	3.149	1.134	4.283

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 83 (2011 - R\$ 141), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 61 (2011 - R\$ 103), e Contribuição Social de R\$ 22 (2011 - R\$ 38).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa

	Prejuízo Fiscal e Base Negativa		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013.....	906	327	1.233
2014.....	967	348	1.315
2015.....	956	344	1.300
2016.....	320	115	435
Total	3.149	1.134	4.283

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 83 (2011 - R\$ 141), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 61 (2011 - R\$ 103), e Contribuição Social de R\$ 22 (2011 - R\$ 38).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa

	Prejuízo Fiscal e Base Negativa		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013.....	906	327	1.233
2014.....	967	348	1.315
2015.....	956	344	1.300
2016.....	320	115	435
Total	3.149	1.134	4.283

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 83 (2011 - R\$ 141), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 61 (2011 - R\$ 103), e Contribuição Social de R\$ 22 (2011 - R\$ 38).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa

	Prejuízo Fiscal e Base Negativa		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013.....	906	327	1.233
2014.....	967	348	1.315
2015.....	956	344	1.300
2016.....	320	115	435
Total	3.149	1.134	4.283

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 83 (2011 - R\$ 141), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 61 (2011 - R\$ 103), e Contribuição Social de R\$ 22 (2011 - R\$ 38).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa

	Prejuízo Fiscal e Base Negativa		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013.....	906	327	1.233
2014.....	967	348	1.315
2015.....	956	344	1.300
2016.....	320	115	435
Total	3.149	1.134	4.283

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 83 (2011 - R\$ 141), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 61 (2011 - R\$ 103), e Contribuição Social de R\$ 22 (2011 - R\$ 38).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa

	Prejuízo Fiscal e Base Negativa		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013.....	906	327	1.233
2014.....	967	348	1.315
2015.....	956	344	1.300
2016.....	320	115	435
Total	3.149	1.134	4.283

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 83 (2011 - R\$ 141), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 61 (2011 - R\$ 103), e Contribuição Social de R\$ 22 (2011 - R\$ 38).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa

	Prejuízo Fiscal e Base Negativa		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013.....	906	327	1.233
2014.....	967	348	1.315
2015.....	95		

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Celta Holdings S.A., São Paulo, SP, 25 de janeiro de 2013.
relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. **Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
ATIVO	2012	2011	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	2011
CIRCULANTE	44.154	11.677	CIRCULANTE	694	444
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	23.054	11.283	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14e)	83	141
Dividendos a receber (Nota 13a)	19.835	-	Dividendos a Pagar (Nota 8d)	444	221
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14d)	32	-	Provisão para Pagamento de Despesas Administrativas	93	82
Créditos Tributários (Nota 14c)	1.233	394	Outras Contas a Pagar	74	-
NÃO CIRCULANTE	367.496	352.503	NÃO CIRCULANTE	2.122	1.221
Créditos Tributários (Nota 14c)	3.050	4.855	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	2.122	1.221
Valores a Receber (Nota 6)	97.471	99.708	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	408.834	362.515
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14d)	-	1.490	Capital Social	-	-
INVESTIMENTOS (Nota 7)	266.975	246.650	- De Domiciliados no País	148.000	124.500
			Reservas de Capital (Nota 8b)	67.993	91.493
			Reservas de Lucros (Nota 8c)	192.841	146.522
TOTAL	411.650	364.180	TOTAL	411.650	364.180

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	
RECEITAS OPERACIONAIS	55.197	33.032	
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7)	40.160	15.836	
Receitas Financeiras (Nota 9)	15.035	17.196	
Outras Receitas Operacionais	2	-	
DESPESAS OPERACIONAIS	5.068	5.935	
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	230	184	
Despesas Tributárias (Nota 12)	39	1	
Despesas Financeiras (Nota 12)	4.799	5.750	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	50.129	27.097	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)	(3.366)	(3.805)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	46.763	23.292	
Número de Ações	740.000	740.000	
Lucro Líquido Básico por ação em R\$	63,19	31,48	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	50.129	27.097	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(48.152)	(26.646)	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(40.160)	(15.463)	
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(7.992)	(11.183)	
Lucro Líquido Ajustado	1.977	451	
Redução/(Aumento) em Aplicações Financeiras	-	7.334	
Aumento/(Redução) em Outros Ativos	10.098	(61)	
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	(83)	7	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	11.992	7.731	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Provisionados/Pagos	(221)	(76)	
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(221)	(76)	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	11.771	7.655	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012	2011		
1 - RECEITAS	188	0,3	(146)	(0,5)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	188	0,3	(146)	(0,5)
2.1 Serviços de Terceiros	188	0,3	(146)	(0,5)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(188)	(0,3)	(146)	(0,5)
4 - RETENÇÕES	-	-	-	-
4.1 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(188)	(0,3)	(146)	(0,5)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	55.197	100,3	33.032	100,5
6.1 Resultado de Equivalência Patrimonial	40.160	73,0	15.836	48,2
6.2 Receitas Financeiras	15.035	27,3	17.196	52,3
6.3 Outras Receitas Operacionais	2	-	-	-
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	55.009	100,0	32.886	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	55.009	100,0	32.886	100,0
8.1 Impostos, Taxas e Contribuições	3.447	6,3	3.843	11,7
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	3.447	6,3	3.843	11,7
Federais	-	-	-	-
Estaduais	-	-	-	-
Municipais	-	-	-	-
8.2 Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros	4.799	8,7	5.750	17,5
8.3 Remuneração de Capitais Próprios	46.763	85,0	23.292	70,8
Dividendos	444	0,8	221	0,7
Lucros Retidos	46.319	84,2	23.071	70,2

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	
Lucro Líquido do Exercício	46.763	23.292	
Total do Resultado Abrangente	46.763	23.292	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Celta Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Celta Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de janeiro de 2013.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota 4.
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros na categoria: mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Mensurados a valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a sua estratégia de investimento. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

2.5) Passivos financeiros
A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Tais passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.
As aplicações em fundos de investimento, são avaliadas com base no valor cotado divulgado pelo Administrador do fundo investido, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Investimento em coligadas
Os investimentos em sociedades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional.
Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas são eliminados na medida da participação da empresa, e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas estão apresentados na Nota 7.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado
Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas quando há evidências objetivas que demonstram a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoque um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor contábil. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativo intangível com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.
Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para fins do teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ativo, o montante do ativo apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ativo é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas relativas às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativo não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas por impairment são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida anteriormente.

2.10) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com aplicação certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a constituição das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
• Não houve registro ou divulgação sobre provisões, ativos contingentes e passivos contingentes.

2.11) Patrimônio líquido
a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluítivos.
b) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.12) Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.
A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas Financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação preexistente em controlada, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo em receber o pagamento é estabelecido. Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.13) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.
De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

3.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1
Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.
Nível 2
Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a, curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.
Nível 3
Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativas da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerações razoáveis nas circunstâncias atuais.
Determinados ativos, como os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.
As informações sobre incertezas, pressupostos e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas na seguinte Nota 14f - Provisão de realização dos créditos tributários.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional (1)	11	7.571
Fundos de investimentos financeiros (2)	23.043	3.712
Equivalentes de Caixa	23.054	11.283
(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e (2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A., montante de R\$ 23.043 (2011 - R\$ 3.712).		

6) VALORES A RECEBER
O montante de R\$ 97.471 (2011 - R\$ 99.708), é composto em duas partes, sendo uma denominada em Dólar norte-americano e a outra em Real, refere-se a contrato de parceria com a empresa FIS - Fidelity National Information Services, INC, com a finalidade de exploração e negócio de prestação de serviços relacionados às atividades de processamento de cartões de crédito. Os referidos valores são atualizados, respectivamente, pela variação cambial e pela variação do Depósito Interbancário - DI. Os pagamentos serão em 11 parcelas anuais, sendo que a primeira parcela em dezembro de 2010 e as demais, com vencimento a partir de 2012.

7) INVESTIMENTOS
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 40.160 (2011 - R\$ 15.836).

b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Empresa	Em 31 de dezembro		Participação no capital social - %	Investimentos	Ajuste decorrente de avaliação (2)
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido Ajustado			
Fidelity Processadora de Serviços S.A. (1) (2)	462.887	81.959	62,924	266.975	246.650
Total				266.975	246.650
(1) Dados relativos a 31.12.2012; e (2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes do resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.					

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Ordinárias	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
	740.000	740.000
Total	740.000	740.000

b) Reservas de Capital
A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros, (ii) resgate, reembolso ou compra de ações, (iii) resgate de partes beneficiárias, (iv) incorporação ao capital social e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada. Em Assembleia Geral de 30 de abril de 2012, deliberou-se o aumento de capital social no montante de R\$ 23.500 elevando-o de R\$ 124.500 para R\$ 148.000, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Capital - Ágio sobre Investimentos", com a consequente alteração do "caput" do Art. 6º do Estatuto Social.

c) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Reservas de Lucros	192	

continuação

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00

Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP

 Centro Brasileiro de
 Divulgação de
 Informações de Natureza
 Econômica, Financeira e
 Demográfica
 Contábil Consolidada da
 Organização
ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2012 e 2011 estão demonstrados a seguir:

	2012		2011	
	Em 31 de dezembro	% (1)	Em 31 de dezembro	% (1)
Lucro Líquido do Exercício	46.763		23.292	
Reserva Legal	(2.338)		(1.165)	
Base de Cálculo	44.425		22.127	
Dividendos mínimos obrigatórios	444		221	
Total dos Dividendos	444	1,0	221	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

9) RECEITAS FINANCEIRAS

	2012		2011	
	Em 31 de dezembro	% (1)	Em 31 de dezembro	% (1)
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	2.244		407	
Rendimento de Certificados de Depósito Bancário	-		230	
Juros Ativos	4.977		6.681	
Varição Monetária Ativa	7.814		9.898	
Total	15.035		17.196	

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2012		2011	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	% (1)	Exercícios findos em 31 de dezembro	% (1)
Impostos e Taxas	39		1	
Total	39		1	

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2012		2011	
	Em 31 de dezembro	% (1)	Em 31 de dezembro	% (1)
Serviços de Terceiros	74		6	
Editais e Publicações	114		139	
Contribuição Sindical Patronal	42		39	
Total	230		184	

12) DESPESAS FINANCEIRAS

	2012		2011	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	% (1)	Exercícios findos em 31 de dezembro	% (1)
Varição Monetária Passiva	4.799		5.750	
Total	4.799		5.750	

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2012		2011	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	11	-	5	-
Dividendos a Pagar:				
União Participações S.A.	(444)	-	(221)	-
Dividendos a Receber:				
Fidelity Processadora de Serviços Social	19.835	-	-	-

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Celta Holdings S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Celta Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui,

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2012		2011	
	Em 31 de dezembro	% (1)	Em 31 de dezembro	% (1)
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	50.129		27.097	
Encargos total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(17.044)		(9.213)	
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	13.655		5.384	
Outros Valores	23		24	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.366)		(3.805)	

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	2012		2011	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	% (1)	Exercícios findos em 31 de dezembro	% (1)
Impostos correntes:				
Imposto de renda e contribuição social devidos	(2.599)		(2.892)	
Impostos diferidos:				
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(28)		(186)	
Constituição/realização no exercício, de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(739)		(727)	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.366)		(3.805)	

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2011		2012	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Diferenças Temporárias relativas a variação cambial das notas promissórias	28	-	-	(28)
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	5.021	(738)	-	(738)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	5.049	(766)	-	4.283

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 4.075 mil.

d) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 32 (2011 - R\$ 1.490) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda de exercícios anteriores.

e) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 83 (2011 - R\$ 141), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 61 (2011 - R\$ 103), e Contribuição Social de R\$ 22 (2011 - R\$ 38).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa

	Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	Imposto de Renda	Contribuição Social	
2013	906	327	1.233
2014	967	348	1.315
2015	956	344	1.300
2016	320	115	435
Total	3.149	1.134	4.283

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

b) A empresa, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

A DIRETORIA

Silvio José Alves - Contador - CRC-1SP202567/O-5

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celta Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 5 de março de 2013

Zenko Nakassato

Contador CRC 1SP160769/O-0



Os clientes ficam encantados.

Edson Di Fonzo

Inclusão social entra no cardápio Week

Dono de restaurante contrata jovens com deficiência para trabalharem durante o Restaurant Week. Festival vai até sábado e oferece cardápios a preço fixo.

Mariana Missiaggia

A inclusão dos portadores de deficiência chegou às salas de aulas, a algumas empresas e, este ano, está na 12ª edição da São Paulo Restaurant Week. O chef e proprietário do restaurante La Marie, em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, Edson Di Fonzo, decidiu convidar dois jovens com deficiência intelectual capacitados pela Associação de Pais Amigos dos Excepcionais de São Paulo (Apae de São Paulo), para uma experiência profissional durante o evento gastronômico.

Ao lado de Juliana de Melo Gai, 33 anos, portadora da Síndrome de Down, o jovem Willian Silva Américo, 25 anos, com deficiência intelectual, conquista seu espaço no La Marie, onde coloca em prática o que aprendeu nas oficinas de capacitação da Apae.

No batente - Na cozinha, Américo lava saladas e louças, descasca legumes, higieniza pratos e já dá os primeiros passos aprendendo a montar algumas delícias servidas como entradas. Juliana, por sua vez, lida com o público, serve pratos, seca e higieniza copos e taças.

"Está sendo uma experiência muito boa porque aqui (La Marie) posso fazer tudo o que me ensinaram e também aprendo coisas novas. Gosto muito de trabalhar na cozinha", contou Américo.

Durante três anos, ele frequentou cursos da Apae de São Paulo e trabalhou na cozinha industrial da fundação. Seu trabalho no La Marie deveria durar apenas até o próximo dia 17, quando esta edição da Restaurant Week será encerrada. Porém, o sucesso foi tamanho que Di Fonzo já estuda a possibilidade de contratar Américo e Juliana para se juntarem à sua equipe fixa.

"Há muitos anos conheci trabalhos muito sérios com crian-



Edson Di Fonzo (esquerda), dono do La Marie, e o jovem aprendiz Willian Silva Américo: resultado positivo e possibilidade de contratação definitiva.

ças e jovens especiais, e aprendi muito sobre inclusão. Desde então, tenho esse desejo de ajudá-los de alguma forma. Finalmente estou tendo essa oportunidade", diz o chef.

"São pessoas que, desde o começo da vida, recebem poucas oportunidades e enfrentam uma sociedade que não sabe como lidar com eles", completou Di Fonzo.

"Eles têm uma consciência profissional de nível superior, muita iniciativa e são donos de uma criatividade absurda. Ver nos olhos deles essa sensação de crescimento é de emocionar. Sem dúvida, é a experiência mais gratificante pela qual eu já passei", disse Fonzo.

Clientes - E não foi apenas o chef que caiu na graça dos novos funcionários. "Os clientes ficam encantados.

Saem por aí espalhando a novidade e tem gente que vem almoçar ou jantar no restaurante só para conhecê-los", afirmou Fonzo.

Tanto Juliana como Américo recebem o piso salarial da categoria - R\$ 850 - como outros funcionários do local. "Comigo, eles não têm tratamento especial por sua condição. Eles recebem como qualquer outro profissional e dessa forma se veem valorizados. Isso é inclusão. E é isso que a sociedade tem que aprender", explicou o chef. Muita gente não os discrimina, mas trava diante deles porque não sabe como incluí-los", completou Di Fonzo.

Eles têm uma consciência profissional de nível superior, muita iniciativa e uma criatividade absurda.

EDSON DI FONZO

Atualmente, outros 220 jovens frequentam o mesmo curso profissionalizante que Juliana e Américo cursaram. Eles têm oficinas de administração, alimentação, lavanderia e processos de produção durante um ano. As aulas são divididas em cinco dias da semana, em meio período. Terminado esse ciclo, eles escolhem uma das quatro áreas e recebem orientações específicas.

Autoestima - Segundo Valquíria Barbosa, 51 anos, gerente de Serviço Sócio Assistencial da Apae de São Paulo, a autonomia e a autoestima desses jovens se elevam porque eles passam a

exercer uma função na sociedade e adquirem outra percepção do mundo.

"Além de melhorarem sua condição social, eles passam a contribuir no orçamento familiar e, para eles, isso é uma vitória. Nosso objetivo é que eles sejam protagonistas de suas próprias vidas e escolham seus caminhos", disse Valquíria.

Entre bares, restaurantes e lanchonetes, os mais de duzentos endereços cadastrados nessa edição do Restaurant Week servem menus completos (entrada, prato principal e sobremesa) por R\$ 34,90, no almoço, e R\$ 47,90, no jantar. Para ter acesso à lista dos estabelecimentos acesse o site: www.restaurantweek.com.br/restaurentes/sp/lista.



CASO MÉRCIA

O júri do ex-PM Mizael Bispo de Souza, acusado de matar a ex-namorada Mércia Nakashima, em maio de 2010, teve briga, choro e até imagens censuradas diante das câmeras em uma sala do Fórum de Guarulhos (SP). Como em um reality show, no primeiro tribunal do júri transmitido ao vivo no País, coube ao juiz dirigir câmeras - e cortar a imagem, quando achou necessário. Entre os depoimentos, destacou-se o irmão de Mércia, Márcio, que buscou defender a "honra" da irmã assassinada. (Estadão Conteúdo)

INTERDIÇÃO

A interdição na Avenida República do Líbano (zona sul) pode durar até seis meses, segundo informações da Prefeitura de São Paulo. A via está interditada no sentido Centro, entre as ruas do Gama e Jauaperi. O bloqueio ocorreu após o rompimento de uma galeria pluvial durante a chuva de sábado, o que provocou um solapamento e buracos na pista. A galeria de água terá de ser toda refeita.

A Companhia de Engenharia de Tráfego recomenda que se evite a região. (Folhapress)